



Bolsas
Na quarta-feira

0,09%

São Paulo

0,49%

Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias

178.000

177.726

31/7

3/8

4/8

5/8

Dólar

Na quarta-feira

R\$ 5,128

(- 0,05%)

Últimos

30/julho

5,061

31/julho

5,070

3/agosto

5,087

4/agosto

5,130

Salário mínimo

R\$ 1.621

Euro

Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 5,925

CDI

Ao ano

14,15%

CDB

Prefixado 30 dias (ao ano)

13,91%

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2026

0,70

Março/2026

0,88

Abril/2026

0,67

Maiio/2026

0,58

junho/2026

0,16

POLÍTICA MONETÁRIA

Copom reduz juros para 14% ao ano

Selic tem quarto corte consecutivo no ano, mas BC mantém cautela e evita sinalizar nova redução na reunião de setembro

» ROSANA HESSEL

Sem surpresas, o Banco Central anunciou, ontem, o quarto corte consecutivo de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros da economia (Selic), para 14% ao ano, em decisão unânime. No comunicado divulgado ao final da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o BC procurou manter o tom mais cauteloso e não sinalizou se haverá um novo corte na próxima reunião do comitê, em setembro.

A decisão de corte de juros foi unânime entre os sete diretores do colegiado liderado pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo. Apesar da desaceleração das pressões inflacionárias recentes e da perspectiva de queda de preço nos dados de curto prazo, o Copom destacou, no comunicado, que houve aumento das incertezas no cenário externo, em grande parte, devido às indefinições da política monetária de economias avançadas e pelo conflito no Oriente Médio, “provocando volatilidade nos preços de ativos e commodities”, mas não mencionou o fenômeno climático El Niño, que deve pressionar preços daqui para frente. “Em decorrência da dinâmica dos riscos associados à evolução dos preços, o Comitê reafirma que a magnitude total do ciclo de calibração será estabelecida à luz de novas informações visando assegurar a convergência da inflação à meta”, destacou o documento, que também incluiu aumento da preocupação com a piora do quadro fiscal.

Entidades do setor produtivo elogiaram a medida, mas destacaram que o tamanho do corte ainda é insuficiente para ajudar na recuperação da atividade industrial, que enfrenta dificuldades para investir devido ao elevado custo do crédito. “Não há justificativa compreensível para a manutenção da taxa de juros, em um nível tão alto. A decisão do Banco Central piora a perspectiva para a indústria, já tão prejudicada pelas incertezas no cenário externo. Além disso, o crédito caro compromete gravemente a renda das famílias, que já apresentam níveis recordes de endividamento e inadimplência”, afirma Ricardo Alban, presidente da A Confederação Nacional da Indústria (CNI), em nota da entidade.

Com essa redução da Selic, os juros reais — descontada a

inflação — o Brasil segue na liderança do ranking mundial de 40 economias listadas, com taxa real de 9,30% anuais, à frente de Rússia (9,09%) e de Colômbia (6,16%), conforme levantamento da MoneYou e Lev Intelligence. Enquanto isso, o Japão, na lanterna do ranking, apresenta juros reais negativos de 1,42% anuais.

Gastos públicos

O diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Alexandre Andrade, mostrou preocupação com a elevação de gastos do governo. Ele lembrou que o aumento segue em ritmo acelerado tanto que o estouro da regra de ouro — que impede que o governo evite se endividar para cobrir gastos correntes — neste ano pode chegar a R\$ 288 bilhões, acima dos R\$ 185 bilhões já autorizados pelo Congresso. “A regra de ouro não vem sendo respeitada desde 2019 e isso é preocupante, porque contribuiu para a deterioração das contas públicas”, destacou Andrade.

O economista e ex-diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas Gomes ressaltou que, devido ao desequilíbrio das contas públicas, o mercado continua exigindo um prêmio de risco relevante para financiar a dívida pública, refletindo dúvidas sobre o equilíbrio fiscal, o ambiente eleitoral e os riscos externos. “O Banco Central está em uma sinuca de bico, porque essa redução de juros continua deixando os juros elevados, apesar de o ambiente de curto prazo ser deflacionário”, disse ele, em referência à recente desaceleração dos indicadores de inflação, devido à queda dos preços dos alimentos. “Estamos em um ambiente deflacionário, mas, se o governo não fizer um ajuste fiscal, o Banco Central, se quiser continuar independente, não vai ter espaço para reduzir os juros, porque o governo está gastando muito e não ajuda na política fiscal”, alertou.

Luís Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, também recordou que, depois dos ruídos da reunião do Copom de junho, o Banco Central resolveu ser mais sucinto no comunicado e evitar contratempos, tanto que o número de palavras caiu de 847 para 654, pelas contas dele, e, ao mesmo tempo, deu sinais de que pode pausar

No topo

O Banco Central decidiu, pela quarta reunião consecutiva, reduzir a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 14% ao ano, contudo, o país segue no topo do ranking de maior juro real — descontada a inflação — do planeta

EVOLUÇÃO DOS JUROS BÁSICOS NOMINAIS

Reunião do Copom* Taxa Selic — Em % ao ano



*Copom - Comitê de Política Monetária

**Mediana das estimativas do mercado coletadas pelo Banco Central em 31 de julho de 2026

Fontes: Banco Central e analistas

RANKING GLOBAL

Desde junho, o Brasil voltou a liderar o ranking global de juros reais e, neste mês, continuou na mesma colocação, conforme levantamento da MoneYou e Lev Intelligence junto a 40 economias

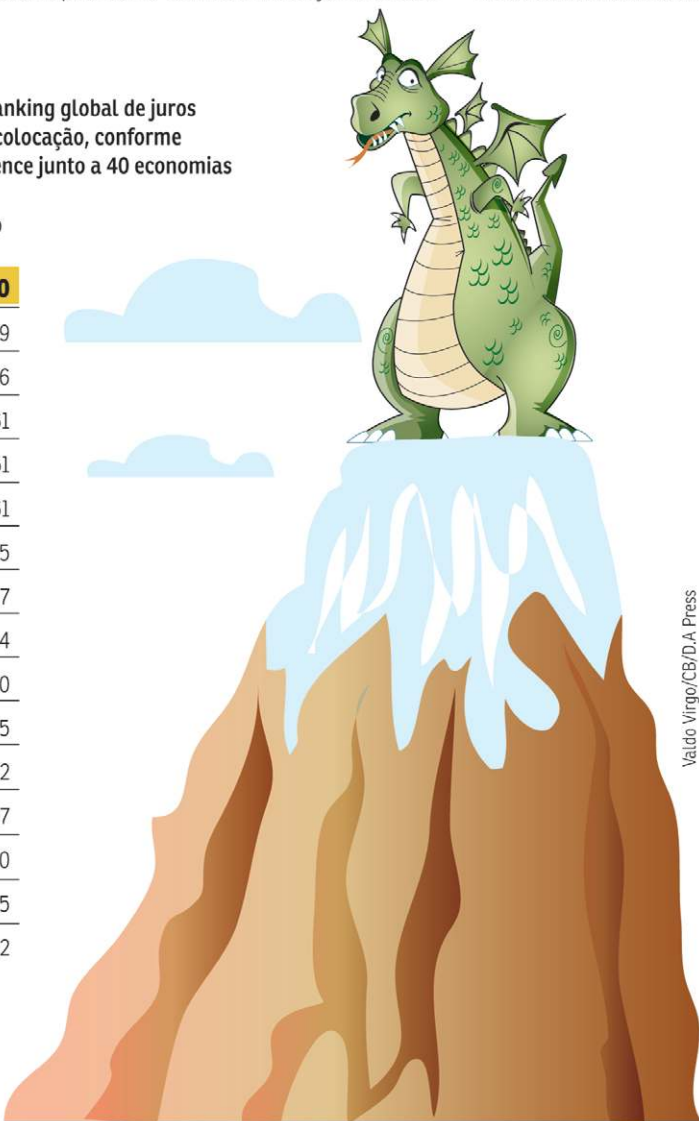
Taxa de juro real ex-ante* — Em % ao ano

1	Brasil	9,30
2	Rússia	9,09
3	Colômbia	6,16
4	Indonésia	4,61
5	Argentina	4,51
6	Turquia	3,61
7	México	2,65
8	África do Sul	2,37
9	Chile	2,04
10	Tailândia	1,80
14	Índia	1,35
25	China	0,12
26	Estados Unidos	0,07
38	Espanha	-0,90
39	Nova Zelândia	-1,05
40	Japão	-1,42

Média Geral 1,38

*Descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses

Fontes: Banco Central e MoneYou/Lev Intelligence



Valdo Virgo/CB/D.A Press

INVESTIGAÇÃO

PF conclui inquérito sobre Master x BRB

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal concluiu ontem o inquérito aberto para apurar a venda de R\$ 12 bilhões de títulos podres do Banco Master ao Banco de Brasília (BRB). De acordo com investigadores ouvidos pela reportagem, sob condição de anonimato, as equipes policiais desvendaram o emaranhado de recursos envolvidos e a origem dos papéis fraudulentos.

O montante inicial surpreendeu os investigadores, que avaliaram que o esquema é muito maior do que se imaginava. Em julho, o **Correio** adiantou que a conclusão das diligências ocorreria no início de

agosto. A Operação Compliance Zero, que investiga o esquema do Banco Master, foi dividida em várias etapas. Os prejuízos causados ao BRB estão presentes na primeira parte, pois estão em avaliação desde que o esquema criminoso foi descoberto.

Nos próximos dias, a Polícia Federal enviará o indiciamento dos envolvidos ao Supremo Tribunal Federal (STF), e à Procuradoria-Geral da República. Entre os alvos estão Daniel Vorcaro, dono do Master, e Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB. Paralelamente, outras investigações vão continuar em curso, como o envio de dinheiro ao exterior, a participação

de outros envolvidos, além da contratação de influenciadores e jornalistas para atacarem o Banco Central por meio das redes sociais.

O financiamento do filme *Dark Horse* e o suposto envolvimento de Flávio Bolsonaro ainda está na etapa inicial das investigações. Fontes na corporação acreditam ser remota a chance da realização de busca e apreensão ou de prisões sobre este trecho da investigação durante o período eleitoral, mas não descartam a hipótese, a depender dos rumos das diligências.

Outra etapa que ainda está em andamento é a que apura se ocorreu o envolvimento de autoridades locais

do Distrito Federal, como deputados distritais, do ex-governador Ibaneis Rocha e do publicitário Thiago Miranda no esquema. Em relação a este grupo, ventila-se a possibilidade de ocorrer uma nova fase da operação para o cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão de passaporte nas próximas semanas.

Eventuais acordos de delação premiada podem atrasar a conclusão das diligências, caso tragam informações relevantes e ainda desconhecidas pelos investigadores. No entanto, neste momento, a única colaboração em tratativa é do advogado Daniel Monteiro, preso em São Paulo.

Rovena Rosa/Agência Brasil



Investigadores apuravam a venda de R\$ 12 bi de títulos do Master ao BRB